



1. OBJETO

Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de seguro para cobertura dos veículos integrantes da frota do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro contra colisão, incêndio, furto/roubo e responsabilidade civil nas modalidades DC – Danos Corporais, DM - Danos Materiais, e APP – Acidente Pessoal de Passageiro, de acordo com as especificações constantes neste Termo Referencial, em todo o território nacional.

2. JUSTIFICATIVA

Justifica-se a presente contratação de empresa especializada na prestação de serviço de seguro para promover a cobertura dos veículos que compõem a frota desta Egrégia Corte, tendo em vista os riscos a que os mesmos estão expostos durante o desenvolvimento das atividades administrativas e jurisdicionais, considerando, ainda, que o término de vigência da Apólice referente ao Processo Administrativo nº 2015/114.663 está prevista para 27.04.2020.

Acrescente-se que os veículos desta Egrégia Corte atendem a diversas autoridades judiciais e administrativas no exercício de suas funções públicas, além de realizar o transporte de cargas, bem como de servidores, no desempenho de suas atividades institucionais, o que aponta para a necessidade de se resguardar os referidos bens móveis contra os percalços comuns e inerentes à sua demanda e efetiva utilização.

3. PRAZO CONTRATUAL

3.1. O prazo contratual é de 12 (doze) meses, iniciando a vigência da futura apólice, com o propósito de coincidir com a data de término da atual apólice de seguro dos veículos deste PJERJ, às 24h (vinte e quatro horas) do dia 27 de abril de 2020, findando-se às 24h (vinte e quatro horas) do dia 27 de abril de 2021. Caso o início da cobertura somente seja possível em momento posterior a data acima indicada, a data a ser considerada será aquela indicada no memorando de início.

4. REGIME DE EXECUÇÃO

4.1. O regime de execução é o de empreitada por Preço Global.

5. DESCRIÇÃO DO SERVIÇO / ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA

5.1. Da especificação do serviço:

5.1.1. A Contratada deverá ser empresa especializada em seguros para promover a cobertura dos veículos oficiais integrantes da frota desta Corte de Justiça contra



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
DIRETORIA-GERAL DE LOGÍSTICA

TERMO DE REFERÊNCIA PARA SERVIÇOS
Processo nº 2019.633.985

riscos, em todo o território nacional, observado o disposto nas Circulares SUSEP nº 256/04 e 269/04, e respectivas alterações, e o abaixo estabelecido:

5.1.2. Cobertura Compreensiva/Seguro Total de acordo com o **Item 5.2.5.3** com Cobertura de Assistência 24 horas, Responsabilidade Civil Facultativa de Veículos para Danos Materiais (DM) e para Danos Corporais (DC) e Acidentes Pessoais de Passageiros (RCF-V e APP) e Cobertura de Vidros para **352 (trezentos e cinquenta e dois) veículos**, definidos no **Anexo A**.

5.1.3. Responsabilidade Civil Facultativa de Veículos (RCF-V), para Danos Materiais (DM) e para Danos Corporais (DC), conjugada com APP (Acidentes Pessoais para Passageiros) e Cobertura de Assistência 24 horas para **334 (trezentos e trinta e quatro) veículos**, definidos no **Anexo B**.

5.2. Dos critérios da execução:

5.2.1. A Contratada deverá promover a Cobertura Compreensiva / Seguro Total de acordo com o previsto neste Documento de Referência, abrangendo Cobertura de Assistência 24 horas, Responsabilidade Civil Facultativa de Veículos para Danos Materiais (DM) e para Danos Corporais (DC) e Acidentes Pessoais de Passageiros (RCF-V e APP) e Cobertura de Vidros, faróis e lanternas para 352 (trezentos e cinquenta e dois) veículos, discriminados no **Anexo A**, e Responsabilidade Civil Facultativa de Veículos (RCF-V), para Danos Materiais (DM) e para Danos Corporais (DC), conjugada com APP (Acidentes Pessoais para Passageiros) e Cobertura de Assistência 24 horas para 334 (trezentos e trinta e quatro) veículos, definidos no **Anexo B**.

5.2.2. Durante a execução do contrato a Contratante poderá remanejar, alterar a modalidade de cobertura, incluir ou excluir veículos identificados nos Anexos deste Termo Referencial, respeitados os limites estabelecidos no artigo 65, inciso I, alínea b, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93.

5.2.2.1. No caso de ocorrer alteração de modalidade de seguro e/ou exclusão de veículos que dê origem à restituição, o crédito ficará à disposição do Contratante para amortização de novas inclusões ou, nos casos em que for informado pelo Contratante, será devolvido através de depósito no Fundo Especial do TJERJ.

5.2.2.2. No caso de ocorrer alteração de modalidade de seguro e/ou inclusão de veículos que dê origem ao pagamento de valor referente ao prêmio de seguro, este será cobrado de forma pro-rata, com início a contar da efetiva alteração de modalidade de seguro e/ou inclusão de veículos da apólice.



5.2.3. A Contratada deverá dar cobertura aos veículos, observadas as seguintes condições:

5.2.3.1. Veículos constantes do **Anexo A**: Cobertura Compreensiva com Perda parcial e perda total por colisão, incêndio, roubo ou furto, cobertura de vidros, faróis, lanternas, assistência 24 horas com RCF-V/Danos Materiais e RCF-V/Danos Corporais com APP.

5.2.3.1.1. Os veículos que possuem blindagem deverão possuir Cobertura de Blindagem do mesmo nível existente, pelo mesmo prazo da garantia do instalador, cobrindo assim a blindagem do veículo na ocorrência de eventos previstos neste Termo de Referência. O **Anexo D** informa o nível da blindagem de cada veículo assim como o valor de nota fiscal da instalação da blindagem.

5.2.3.1.2. Os veículos que possuem carroceria/implemento deverão possuir cobertura de Carroceria, assim estando garantida a indenização no caso de danos causados à carroceria/implemento do veículo na ocorrência de eventos previstos neste Termo de Referência. O **Anexo E** informa o valor estimado para a cobertura dos implementos.

5.2.3.2. Veículos constantes do **Anexo B**: Cobertura de Danos a Terceiros (Responsabilidade Civil Facultativa de Veículos – RCF-V e Acidentes Pessoais de Passageiros): RCF-V/Danos Materiais, RCF-V/Danos Corporais e APP com Cobertura de Assistência 24 horas, assim definidos:

RCF-V/DM: Responsabilidade Civil Facultativa / Danos Materiais: Cobre danos materiais a terceiros.

RCF-V/DC: Responsabilidade Civil Facultativa / Danos Corporais: Cobre danos corporais a terceiros.

APP: Acidentes Pessoais de Passageiros: Cobre morte e invalidez permanente total ou parcial.

5.2.4. A Contratada deverá fornecer Cobertura de Assistência 24 horas e Aviso de Sinistro através de Central de Atendimento dotada de ligação gratuita (0800), abrangendo serviços de chaveiro e reboque para todos os veículos, conforme definido nos **Anexos A e B**.

5.2.5. A Contratada deverá obedecer aos seguintes referenciais e valores para pagamento de indenizações:

5.2.5.1. No caso de ser caracterizada a **Indenização Integral** dos veículos segurados para Cobertura Compreensiva/Seguro Total:



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
DIRETORIA-GERAL DE LOGÍSTICA

TERMO DE REFERÊNCIA PARA SERVIÇOS
Processo nº 2019.633.985

5.2.5.1.1. Para os fins deste contrato, será caracterizada a **Perda Total** para fins de Indenização Integral sempre que os prejuízos e/ou despesas relativas ao conserto do veículo segurado forem iguais ou superiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor constante na tabela de referência (FIPE) em vigor na data do aviso de sinistro.

5.2.5.1.2. Adota-se o **Valor de Mercado Referenciado (VMR)**, com a utilização da Tabela FIPE, totalizando a indenização o percentual de 100%.

5.2.5.1.3. A indenização devida corresponderá ao valor constante na **Tabela de Referência – FIPE** – na data da liquidação do sinistro.

5.2.5.1.4. Nos casos de veículos zero quilômetro (0 km) que venham integrar a frota de veículos deste PJERJ, sendo caracterizada a Indenização Integral, vigorará a cobertura com base no “valor de novo”, o qual se entende como o valor do veículo zero quilômetro constante da tabela de referência (FIPE), na data de liquidação do sinistro, ou então, em caráter alternativo, em situações a serem definidas pelo Contratante, deverá a Contratada proceder à substituição do veículo observadas as mesmas características do veículo sinistrado.

5.2.5.1.5. Veículos zero quilômetro (0 km) estarão cobertos para Indenização Integral, com observância do parâmetro indenizatório Valor de Novo, nos termos do item anterior, para sinistros ocorridos no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias contados da data de saída do veículo da concessionária.

5.2.5.1.6. De acordo com o artigo 5º, inciso II, da CIRCULAR SUSEP nº 269 de 30 de setembro de 2004, a Tabela Substituta será a Tabela Molicar.

5.2.5.2. No caso de veículos segurados para Responsabilidade Civil Facultativa de Veículos – RCF-V e para Acidentes Pessoais de Passageiros – APP, relacionados nos **Anexos A e B** deverão ser considerados os seguintes valores:

5.2.5.2.1. DM (Danos Materiais a Terceiros): R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).

5.2.5.2.2. DC (Danos Corporais a Terceiros): R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).

5.2.5.2.3. APP (Acidentes Pessoais de Passageiros): **Morte**: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por ocupante; **Invalidez Permanente**: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por ocupante.

5.2.5.3. No que se refere à **Cobertura Compreensiva/Seguro Total** estarão garantidos por esta cobertura os danos, totais ou parciais, causados ao veículo segurado, decorrentes de:



5.2.5.3.1. Acidentes de trânsito tais como: colisão, capotagem, tombamento, abalroamento ou queda acidental;

5.2.5.3.2. Acidente durante o transporte do veículo segurado por meio apropriado;

5.2.5.3.3. Roubo ou furto, parcial no veículo segurado ou a sua tentativa;

5.2.5.3.4. Roubo ou furto total do veículo segurado;

5.2.5.3.5. Danos causados ao veículo segurado após o roubo ou furto total, se o mesmo vier a ser recuperado antes do pagamento da indenização;

5.2.5.3.6. Atos danosos praticados por terceiro;

5.2.5.3.7. Inundação, alagamento, ressaca, ventos fortes, granizo, furacão, ciclone, terremoto e queda acidental de qualquer agente ou objeto externo sobre o veículo;

5.2.5.3.8. Danos causados à pintura por acidente ou por atos de terceiro;

5.2.5.3.9. Danos causados aos pneus e câmaras de ar, afetados pelas circunstâncias acima descritas;

5.2.5.3.10. Perda total ou danos materiais (perda parcial) sofridos por ação do fogo, queda de raio ou explosão, incluindo-se despesas necessárias com socorro e salvamento;

5.2.5.3.11. Na subtração do bem, com ou sem ameaça à pessoa; configurar-se-á a ocorrência do evento, para os efeitos desta cobertura, quando do desaparecimento do veículo pelo período de 07 (sete) dias.

5.2.5.4. Cobertura de vidros, faróis, retrovisores e lanternas: A Contratada deverá assegurar cobertura de vidros, faróis, retrovisores e lanternas. Os valores de franquias para fins de ocorrência de sinistro com substituições unicamente de itens como para-brisa e vidro traseiro, faróis e lanternas, são os previstos no **ANEXO F**, devendo ser observado o valor máximo admissível para cada modelo de veículo.

5.2.5.4.1. A franquia de que trata o **subitem 5.2.5.4** será cobrada de acordo com a quantidade de peças sinistradas. Assim, por exemplo, se houver quebra simultânea de um farol e uma lanterna, será cobrada uma franquia para o farol e outra para a lanterna.

5.2.5.4.2. Havendo sinistro com a necessidade específica de substituição de vidros laterais e reparo em trincas, a Contratada não cobrará franquia para esses serviços.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
DIRETORIA-GERAL DE LOGÍSTICA

TERMO DE REFERÊNCIA PARA SERVIÇOS
Processo nº 2019.633.985

5.2.5.4.3. A cobertura de vidros compreende o reparo, quando tecnicamente viável, só para o para-brisa, ou a troca dos vidros do veículo – para-brisa, laterais e traseiro – em caso de trinca ou quebra, em consequência de sinistro ocorrido com o vidro. Em caso de troca do vidro, deverá estar incluso o material e o serviço de troca da guarnição (borracha de vedação), quando tecnicamente necessária. Deverá incluir também a gravação do número do chassi e colocação de insulfilm no vidro substituto, em conformidade com a legislação de trânsito, caso os vidros do veículo tenham película aplicada.

5.2.6. A Contratada pagará a indenização devida, nos valores e condições definidos neste termo de referência, no prazo máximo de 15 (quinze) dias após a entrega de toda a documentação por parte do Contratante, nos termos do **Item 5.2.9**.

5.2.7. Em caso de **Indenização Integral**, após a indenização, a Contratada deverá devolver ao Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro os valores dos prêmios pagos, referentes à RCF-V (Responsabilidade Civil Facultativa de Veículos), ou, caso o Contratante assim o estabeleça, serem disponibilizados para permitir a inclusão de veículos no contrato, caso não tenham sido utilizados.

5.2.8. A Contratada deverá disponibilizar Aviso de Sinistro por meio de telefone e internet, devendo agendar a vistoria do veículo sinistrado, em oficina de escolha do Contratante conforme **Item 5.2.16**, no prazo máximo de 24 horas a contar da comunicação.

5.2.8.1. A autorização para início dos reparos deverá ser dada em no máximo 05 (cinco) dias úteis.

5.2.9. Em caso de **Indenização Integral**, nos termos definidos neste Termo de Referência, o Contratante deverá apresentar os seguintes documentos para fins de recebimento da indenização prevista na respectiva cobertura: **1.** Ocorrência Policial quando houver; **2.** DPVAT quitado; **3.** Certificado de transferência de propriedade, em que conste assinatura com firma reconhecida por autenticidade; e, **4.** Termo de responsabilidade por multas e débitos até a data de transferência do veículo.

5.2.10. Quanto à **franquia** para casco, deverá a Contratada, em sua proposta, observar o disposto no **ANEXO G**.

5.2.10.1. A Franquia máxima aceitável a ser utilizada para os veículos blindados será a mesma estabelecida no **ANEXO G** para o mesmo modelo de veículo sem blindagem.

5.2.11. O valor correspondente à franquia será devido a Contratada sempre que acionado o seguro para a realização de reparo em virtude de sinistro com danos materiais parciais ao veículo, exceto nos seguintes casos:



5.2.11.1. De Indenização Integral;

5.2.11.2. Danos causados ao veículo por incêndio, queda de raio e suas consequências e explosão;

5.2.11.3. Em sinistros com envolvimento de terceiro, quando for possível identificar e responsabilizar o terceiro como verdadeiro culpado pela colisão, com o devido Registro Policial;

5.2.12. A Contratada deverá efetuar o pagamento da franquia ao prestador de serviços (oficinas ou concessionárias credenciadas) onde o veículo for encaminhado para conserto, para posterior ressarcimento pelo Contratante.

5.2.13. As disposições deste Termo de Referência aplicam-se a sinistros ocorridos em todo o território nacional.

5.2.14. A vistoria dos veículos poderá ser efetuada em local a ser designado e em prazo a ser estipulado pelo Contratante, em qualquer ponto do Estado do Rio de Janeiro, ficando por conta da Contratada todos e quaisquer ônus para a sua realização.

5.2.15. A plena cobertura do veículo segurado, nos termos estipulados neste Termo Referencial, em caso de sinistro, não se subordina à efetiva realização da vistoria de que trata o item anterior, iniciando-se o seguro contratado, para todos os efeitos legais, às 24h do dia 27 de abril de 2020.

5.2.16. As oficinas para o reparo dos veículos sinistrados e para atendimento referente à Cobertura de Vidros serão de livre escolha do Contratante, não ficando em nenhuma hipótese restritas às credenciadas pela Contratada.

5.2.17. As bonificações constantes dos **Anexos A e B** são as em vigência em **dezembro de 2019** e eventuais sinistros que vierem a ocorrer até a data do início do contrato não poderão afetar o valor firmado pelo mesmo.

5.3. Da abrangência mínima para Assistência 24 horas para os veículos constantes dos Anexos A e B – Cobertura Compreensiva/Seguro Total e RCF-V/APP.

5.3.1. A Contratada, em caso de pane ou acidente, deverá providenciar, no prazo máximo de 1h (uma hora) a contar da solicitação, o reboque ou o transporte do veículo até a oficina mais próxima, caso não tenha sido indicado outro local pelo Departamento de Transportes, limitada a distância de 300 km (trezentos quilômetros) que será computada entre o local do evento e o destino indicado.



5.3.2. A Contratada deverá providenciar, no prazo máximo de 1h (uma hora) a contar da solicitação, motorista para substituir condutor de veículo impedido de dar prosseguimento à viagem, ou percurso, por circunstâncias supervenientes imprevisíveis, tais como doença, acidente ou falecimento, devendo o substituto fazer retornar o veículo ao seu local de origem, ou prosseguir viagem, conforme orientação a ser provida pelo Departamento de Transportes, limitado o deslocamento em questão a distância de 300 km (trezentos quilômetros) do local do evento.

5.3.3. No caso de pane, acidente, incêndio, roubo ou furto do veículo segurado, os ocupantes do veículo terão direito a transporte de táxi (**táxi emergencial**) para retorno do segurado ao seu local de origem ou prosseguimento da viagem respeitado o limite de 100 Km do local do evento.

5.3.4. A Contratada deverá providenciar, no prazo máximo de 1h (uma hora) a contar da solicitação, o envio de um chaveiro para abertura do veículo, retirada da chave quebrada na ignição ou fechadura, sem ônus para o Contratante, quando o veículo segurado não puder ser aberto e/ou acionado nas seguintes condições:

5.3.4.1. Perda ou extravio das chaves;

5.3.4.2. Esquecimento da chave no interior do veículo ou quando esta quebrar na fechadura, na ignição ou na tranca da direção.

5.3.5. O serviço a que se refere o item anterior deverá estar disponível em todo o território nacional, sem franquia de quilometragem, para veículos que utilizem fechaduras e chaves tradicionais ou codificadas.

5.3.5.1. Na hipótese de o problema não poder ser sanado através das providências tomadas nos termos do **item 5.3.4**, a Contratada deverá garantir o reboque do veículo para local a ser indicado pelo Contratante, dentro dos limites do município de ocorrência do evento, ou para a Capital, observado o limite máximo de 300 km (trezentos quilômetros) entre o local do evento e o da entrega do veículo.

5.4. Da Assistência 24 horas complementar para os veículos constantes dos Anexos A e B – Cobertura Completa/Seguro Total:

5.4.1. Em caso de dano a um dos pneus do veículo segurado, a Contratada deverá providenciar, no prazo máximo de 1h (uma hora) a contar da solicitação, profissional para efetuar a troca do pneu danificado pelo pneu sobressalente do veículo ou, caso o segurado assim preferir, o reboque do veículo até um borracheiro localizado no município da ocorrência, capaz de consertar o dano.

5.5. SUBCONTRATAÇÃO



5.5.1. A Contratada não poderá transferir a terceiro a prestação do serviço, por qualquer forma, parcial ou integralmente, nem subcontratar a prestação a que está obrigada, exceto no caso de reboque, conforme previsto no item subitem 5.3.1, bem como para a hipótese de utilização de táxi para levar os passageiros e condutor, conforme subitem 5.3.3.

5.6. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

5.6.1. A Contratada, em suas atividades, atenderá a legislação federal, estadual, municipal, normas e regulamentos em vigor, no que couber.

5.6.2. A Contratada exercerá suas atividades promovendo a conservação dos recursos naturais, sejam eles, hídricos, edáficos e atmosféricos, no que couber.

5.6.3. A Contratada adotará práticas de sustentabilidade, como a realização de programa interno de treinamento de seus profissionais, no desempenho de suas atividades laborais, visando otimizar o consumo de energia elétrica e água e a reduzir a produção de resíduos sólidos.

6. FISCALIZAÇÃO

6.1. Atribuições do Gestor

6.1.1. O gestor, servidor representante da unidade demandante, será o responsável pelo acompanhamento do integral cumprimento do contrato.

6.1.2. O gestor acompanhará a contratação em todas as suas fases, da elaboração à execução do contrato.

6.1.3. O gestor e/ou gestor substituto, na ausência do fiscal e fiscal substituto, no prazo de 9 (nove) dias a contar da autuação, atestará a nota fiscal apresentada pela contratada, após confirmada a execução do objeto contratado.

6.2. Atribuições do Fiscal

6.2.1. O fiscal, servidor representante da unidade demandante, será responsável pelo acompanhamento da execução física do contrato, devendo, para tanto, ter conhecimento pleno dos termos do documento de referência.

6.2.2. O fiscal exercerá a fiscalização permanente sobre o fiel cumprimento do contrato, bem como sobre a qualidade dos serviços prestados, determinando à contratada que promova de imediato, a correção dos defeitos ou desconformidades que porventura sejam constatados.



6.2.3. O fiscal e o fiscal substituto, no prazo de 9 (nove) dias a contar da autuação, atestarão a nota fiscal apresentada pela contratada, após confrontar os valores e as quantidades constantes do documento com os estabelecidos no contrato, bem como as medições dos serviços nas datas de referência.

7. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA / ECÔNOMICO-FINANCEIRA

7.1. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

7.1.1. A licitante deverá apresentar atestado(s) de capacidade técnica, firmado(s) por órgão do poder público ou pessoa jurídica de direito privado, que comprove(m) aptidão para a realização dos serviços de seguros de veículos.

7.1.2. Os atestados de capacidade técnica deverão referir-se a serviços prestados no âmbito da atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

7.1.3. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do instrumento contratual ou se decorrido, pelo menos, 1 (um) ano de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

7.1.3.1. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do(s) atestado(s) apresentado(s), devendo, inclusive, quando solicitado pelo pregoeiro, apresentar cópia do instrumento contratual que deu suporte à contratação.

7.1.4. A licitante deverá apresentar comprovante expedido pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), de autorização para operar com os ramos de seguros licitados, indicados no item 5 e subitens deste Termo de Referência.

7.1.5. A licitante deverá apresentar Certidão de Regularidade expedida pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), que comprove que a licitante não se encontra sob regime de Direção Fiscal, Intervenção, Liquidação Extrajudicial ou Fiscalização Especial e não está cumprindo penalidade de suspensão imposta pela SUSEP.

7.1.6. Declaração, firmada pelo representante legal, de que a licitante visitou as instalações do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro e procedeu à vistoria nos veículos, ou, caso a licitante considere desnecessária a visita, deverá apresentar declaração de que conhece as condições locais para a execução do objeto (art. 18 da Resolução nº 114/10, do CNJ).



7.1.6.1. Não exercida a faculdade, por motivo exclusivo da licitante, esta poderá participar do processo licitatório, mas não poderá alegar desconhecimento que a escuse de cumprir qualquer cláusula do contrato, se vencedora do certame;

7.2. ECÔNOMICO-FINANCEIRA

7.2.1. A licitante deverá apresentar certidão negativa de efeitos de falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, sendo que será aceita a empresa em recuperação judicial, desde que seja comprovado que o plano de recuperação foi aprovado ou homologado pelo Juízo competente;

7.2.1.1. A licitante que não for sediada na Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, na qual as competências para emissão das respectivas certidões comprobatórias são do 1º, 2º, 3º e 4º Ofícios do Registro de Distribuição, as(s) certidão(ões) deverá(ão) vir acompanhada(s), preferencialmente, de declaração da autoridade judiciária competente, informando que o Distribuidor é único, ou, caso contrário, relacionando os Distribuidores que, na Comarca de sua sede, tenham atribuição para expedir as referidas certidões. Ressalte-se que o Pregoeiro poderá promover diligência para esclarecer a questão, até mesmo no caso em que a certidão seja emitida pelo próprio Poder Judiciário da sede da licitante e dela seja possível inferir o número de cartórios existentes;

7.2.1.2. Quando a certidão for positiva e houver dúvidas, poderá ser exigida a Certidão de Objeto e Pé.

7.2.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social comprovando índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

7.2.3. Patrimônio Líquido de, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor estimado para a contratação, em caso de não atendimento do item 7.2.2.

7.3. CONSÓRCIO

7.3.1. Não será admitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, por não se tratar de execução contratual de alta complexidade.

7.4. COOPERATIVAS

7.4.1. Não será admitida a participação de cooperativas, em razão de legalmente não estarem autorizadas a operar com seguro automotivo, nos termos do artigo 24, parágrafo único, do Decreto-Lei nº 73/96.



8. DO PAGAMENTO

8.1. Pagamento dos prêmios do seguro devidos à Contratada serão efetuados à vista dos documentos para pagamento do prêmio (contra apresentação da Nota de Seguro), das apólices de todos os veículos segurados com todos os dados corretos, bem como, quando for o caso, da Solicitação de Endosso que corrigirá dados incorretos, tudo a ser apresentado pela Contratada, devidamente atestada pelo Fiscal do Contrato e visados pelo Gestor do Contrato, de acordo com a norma de contratação.

8.1.1. O pagamento do valor das franquias devidas à Contratada será efetuado à vista da apresentação de carta de cobrança ou outro documento equivalente (Nota Fiscal da oficina ou concessionária onde o reparo foi realizado), que será devidamente atestada pelo Fiscal do contrato e visada pelo Gestor do Contrato, de acordo com a norma de contratação.

8.2. A Contratada deverá entregar na Divisão de Apoio Administrativo à Execução de Contratos de Prestação de Serviços - DICON, situada, na Praça XV de Novembro nº 02 – sala 305 – Centro/RJ, a Nota Fiscal discriminando os serviços executados pelo período correspondente e com CNPJ idêntico ao constante do contrato, acompanhada dos documentos abaixo elencados, sob pena de ser recusada a referida nota pela unidade gestora do contrato:

- Certidão de Regularidade Fiscal do FGTS;
- Certidão Negativa de Débito do INSS, podendo ser apresentada por meio da Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, em conformidade com a Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2 de outubro de 2014, e da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), devidamente válidas;
- Documentação relativa à comprovação do adimplemento de suas obrigações trabalhistas, previdenciárias.

8.3. O pagamento da fatura/nota fiscal deverá ocorrer no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da sua autuação no Protocolo do PJERJ, por meio de crédito em conta corrente no Banco Bradesco S.A., informada pelo Contratado.

8.4. Após conferida cada fatura/nota fiscal, a atestação da execução em conformidade com o contrato deve ser feita por dois servidores, fiscal e fiscal substituto, e na ausência destes, pelo gestor e/ou gestor substituto, respectivamente, no prazo de 9 (nove) dias a contar da autuação. Os autos são devolvidos ao Agente Administrativo (DECOP – Departamento de Execução de Contratos e Prestação de Serviços), que deve visar à nota fiscal em 9 (nove) dias, a contar do recebimento do



processo. Os prazos acima não devem exceder 18 (dezoito) dias entre a data da autuação e a liberação para pagamento.

8.5. Após, o Agente Administrativo do contrato a encaminhará à Diretoria-Geral de Planejamento, Coordenação e Finanças (DGPCF), acompanhada da devida documentação.

8.6. No caso de notas fiscais em desacordo com o documento de referência ou com qualquer circunstância que desaconselhe seu pagamento, estas poderão ser recusadas pelo Contratante ou, uma vez recebidas as notas, o prazo previsto para o pagamento deverá ser interrompido e somente reiniciará a partir da respectiva regularização;

8.7. O processamento do pagamento observará a legislação pertinente à liquidação da despesa pública.

9. DA VISTORIA PRÉVIA

9.1. A licitante, através de seu representante, poderá visitar os locais de execução do objeto para balizar seus cálculos e formular sua proposta, momento em que serão observadas as seguintes regras:

9.1.1. A visita deverá ser previamente agendada pela licitante com o Departamento de Transportes, pelos telefones: (0xx21) 2206-8502 ou (0xx21) 2206-8530.

9.1.2. A visitação será acompanhada por servidor designado pelo Departamento de Transportes e será realizada com cada uma das licitantes interessadas, individualmente, para que não haja o conhecimento prévio acerca do universo de concorrentes, devendo o representante da licitante portar documento de identificação e documento timbrado da empresa, comprovando a referida representação;

9.1.3. A realização da visitação será objeto de atestado de visitação emitido por servidor da unidade visitada;

9.1.4. O atestado de visitação acompanhará a declaração da licitante.

9.2. Na hipótese de não haver visitação, por decisão da licitante interessada, esta apresentará declaração assinada por seu representante legal, cujo teor deve conter a afirmação de ser desnecessária a visita, mencionando, ainda, todos os elementos abaixo descritos:

9.2.1. A licitante conhece as condições e os locais onde serão executados os serviços contratados;



9.2.2. A licitante tem ciência de que não poderá alegar futuramente desconhecimento que a escuse de cumprir qualquer cláusula do contrato, se vencedora do certame;

9.2.3. A licitante assume total responsabilidade pela não realização da visita e que não utilizará desta prerrogativa para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras que venham a onerar o PJERJ.

10. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

10.1. Efetuar o pagamento devido à Contratada pela execução dos serviços prestados, nos termos e prazos contratualmente previstos, após terem sido devidamente atestados e visados, de acordo com as normas vigentes.

10.2. Comunicar, imediatamente, pela via mais rápida, a ocorrência do sinistro à Contratada, sem prejuízo da comunicação escrita.

10.3. Permitir e facilitar a vistoria prévia dos veículos a serem segurados.

10.4. Comunicar a ocorrência do sinistro à autoridade policial competente da localidade nos casos discriminados no Item 5.2.5.3.

10.5. Fornecer à Seguradora todos os dados, elementos e documentos necessários à comprovação da ocorrência do sinistro, bem como permitir e facilitar à Contratada a adoção das medidas cabíveis e necessárias à elucidação das causas envolvidas.

10.6. Exercer a ampla fiscalização sobre os serviços executados e também quanto ao cumprimento, pela contratada, das leis, normas e regulamentos ambientais, sanitários, trabalhistas, previdenciário, tributário e fiscais.

10.7. Notificar a Contratada, por escrito, da ocorrência de eventuais imperfeições na execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.

10.8. Prestar à Contratada todas as informações solicitadas e necessárias para a execução dos serviços.

10.9. Permitir o acesso dos profissionais da Contratada nas dependências do órgão contratante para execução das atividades relativas ao objeto deste contrato, desde que estejam devidamente identificados.



11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. Prestar os serviços objeto desta licitação em caráter contínuo, de acordo com as especificações e normas requeridas, devendo dispor, para tal, da infraestrutura e equipe técnica capacitada.

11.2. A Contratada designará, formalmente, preposto, com capacidade gerencial para representá-la perante o Contratante, com disponibilidade e pronto atendimento, estando autorizado a tratar a respeito de todos os aspectos que envolvam a execução do contrato. O documento emitido pela Contratada designando o preposto deverá ser entregue ao Gestor do Contrato, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis antes do início da execução dos serviços, e conterá as seguintes informações: nome, endereço eletrônico, telefones fixo e celular.

11.3. Atender, prontamente, as solicitações do Departamento de Transportes – DETRA, para execução dos serviços afetos ao objeto do presente Termo de Referência.

11.4. Manter sob a sua exclusiva responsabilidade toda a supervisão e direção da execução completa e eficiente do contrato.

11.5. A Contratada, independentemente da atuação do Fiscal do Contrato, não se eximirá de suas responsabilidades quanto à execução dos serviços, responsabilizando-se pelo fiel cumprimento das obrigações constantes no Termo de Referência.

11.6. A Contratada deverá estar ciente de que quaisquer entendimentos com o Fiscal ou o Gestor do Contrato serão feitos sempre por escrito, não sendo consideradas quaisquer alegações com fundamento em ordens ou declarações verbais.

11.7. A Contratada deverá facilitar a ação de fiscalização do Departamento de Transportes – DETRA, fornecendo informações ou promovendo acesso à documentação dos serviços em execução, e atendendo prontamente às observações e às exigências por ela apresentadas.

11.8. A Contratada prestará todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo Contratante, sempre por escrito, assim como quaisquer entendimentos com o Fiscal, o Gestor e Agente Administrativo do Contrato, não sendo consideradas alegações, solicitações ou quaisquer declarações verbais.

11.9. A Contratada se responsabilizará pela permanente manutenção de validade da documentação: Jurídica, Fiscal, Técnica e Econômico – Financeira da Empresa



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
DIRETORIA-GERAL DE LOGÍSTICA

TERMO DE REFERÊNCIA PARA SERVIÇOS
Processo nº 2019.633.985

devendo manter durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

11.10. A Contratada assumirá, como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução das obrigações contratadas, ainda que adote todas as diligências possíveis para evitar o dano, nos termos do Código de defesa do Consumidor.

11.11. À Contratada serão vedados, sob pena de rescisão e aplicação de qualquer outra penalidade cabível, a divulgação e o fornecimento de dados e informações referentes à prestação de serviços objeto do contrato.

11.12. A Contratada preservará o Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, mantendo-o a salvo de quaisquer demanda, reivindicações, queixas e representações de qualquer natureza, decorrente de sua ação.

11.13. A Contratada não poderá se valer do contrato para assumir obrigações perante terceiros, dando-o como garantia, nem utilizar os direitos de crédito a serem auferidos em função dos serviços prestados, em quaisquer operações de desconto bancário, sem prévia autorização do Contratante.

11.14. A Contratada deverá recompor o valor da garantia contratual sempre que a anterior vença ou tenha o seu valor reduzido em razão de aplicação de quaisquer penalidades, ou ainda sempre que ocorrer modificação no valor do contrato, durante a vigência.

11.15. A Contratada deverá manter sigilo sobre todo e qualquer assunto concernente ao Contratante ou a terceiros, que tomar conhecimento em razão da execução do contrato, sob pena de rescisão contratual, responsabilidade civil, penal e administrativa, no caso de divulgação e o fornecimento de dados e informações obtidas em decorrência dos serviços objeto do contrato, devendo orientar os seus profissionais nesse sentido.

11.16. Na hipótese de haver alteração no quantitativo de veículos da frota do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro em data anterior a 27/04/2020, ou seja, antes do início de vigência do contrato de seguro, a Contratada deverá promover as inclusões e/ou exclusões de veículos, adequando a composição da apólice à frota, devendo, ainda, na hipótese de exclusão de veículos, abater o valor integral do



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
DIRETORIA-GERAL DE LOGÍSTICA

TERMO DE REFERÊNCIA PARA SERVIÇOS
Processo nº 2019.633.985

prêmio de seguro unitário do(s) veículo(s) do valor do prêmio de seguro a ser recebido.

11.17. A Contratada deverá promover as inclusões, exclusões e substituições de veículos do objeto do contrato, conforme solicitação do Contratante, durante toda a vigência do mesmo.

11.18. A Contratada deverá elaborar cálculo do valor do endosso a pagar ou a restituir, em até 72 horas da solicitação da Contratante, nos casos previstos nos subitens 11.16 e 11.17. Em caso de não cumprimento do prazo supra, com ausência de manifestação por parte da Contratada, reputar-se-á como efetivadas as alterações solicitadas.

11.19. A Contratada deverá emitir a apólice de seguro e entregar todos os cartões correspondentes aos veículos assegurados com o número do telefone 0800 no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, após a homologação da licitação.

11.20. As coberturas e assistências previstas neste Termo de Referência deverão ser prestadas em sua plenitude a partir das 24h (vinte e quatro horas) do dia 27/04/2020, e não devem, em nenhuma hipótese, ser prejudicadas por eventual não emissão de apólice, mormente no que se refere à Central de Atendimento 24 horas (reboque, chaveiros, etc.) e abertura de sinistros e vistorias.

11.21. Responder civil e administrativamente, sem prejuízo de medidas outras que possam ser adotadas, por quaisquer danos causados à Administração Pública, ou a terceiros, em razão da execução dos serviços.

11.22. Reparar, corrigir, substituir, total ou parcialmente, às suas expensas, serviços objeto do contrato em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da execução irregular dos serviços.

11.23. A Contratada se responsabilizará pela idoneidade e pelo comportamento de seus profissionais, prepostos ou subordinados, e, ainda, arcará com o ônus de indenizar todo e qualquer dano que, por dolo ou culpa, os seus profissionais causarem ao Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro ou a terceiros.

11.24. A Contratada deverá atender com presteza às reclamações sobre a qualidade dos serviços executados, providenciando a sua imediata correção sem ônus para o Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.

11.25. A Contratada deverá executar serviços de alta qualidade, de modo a atender as exigências do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, utilizando profissionais especializados, cabendo-lhe total e exclusiva responsabilidade pelo integral atendimento de toda a legislação que rege a execução deste contrato, com ênfase



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
DIRETORIA-GERAL DE LOGÍSTICA

TERMO DE REFERÊNCIA PARA SERVIÇOS
Processo nº 2019.633.985

na constitucional, tributária, civil, previdenciária e trabalhista, em especial, na segurança e higiene do trabalho.

11.26. A Contratada deverá enviar ao DETRA/SEFRO e DETRA/DITRA, através dos e-mails dglog-detra-difro-sefro@tjrj.jus.br / sefro.sinistros@tjrj.jus.br / dglog.ditra@tjrj.jus.br; secet@tjrj.jus.br, até o sétimo dia útil de cada mês arquivo em formato “.xls” com a relação de todos os sinistros e atendimentos do mês anterior (inclusive reboque, chaveiro, borracheiro, etc), informando, no mínimo, placa do veículo e data do sinistro, número do aviso e respectivos valores suportados pela seguradora, inclusive no que se refere ao atendimento de terceiros.

11.27. A Contratada manterá durante a vigência do contrato as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação para contratar com a Administração Pública, apresentando, os comprovantes de regularidade fiscal quando solicitado.

11.28. Será exigida garantia contratual de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, os termos do art. 56 da Lei Federal nº 8.666/93.

11.28.1. A validade da garantia deverá estar em consonância com o prazo de vigência contratual. No caso de alteração do valor do contrato ou prorrogação de sua vigência, a garantia será readequada ou renovada nas mesmas condições e parâmetros, mantido o percentual sobre o valor atualizado do contrato.

11A. DAS SANÇÕES

11A.1. Constatado o descumprimento ou o cumprimento parcial das obrigações firmadas pela Contratada, observados os princípios da ampla defesa, do contraditório e da proporcionalidade, garantidos em procedimento apuratório processado junto à Divisão de Procedimentos Apuratórios do Departamento de Licitações e Formalização de Ajustes (DELFA-DIPRA), poderão ser aplicadas as sanções previstas no artigo 7º da Lei federal nº 10.520/02 e nos artigos 86 e 87 da Lei federal nº 8.666/93, a saber:

a) advertência, nas hipóteses de execução irregular de que não resulte prejuízo para o serviço;

b) multa:

b1) moratória, nas hipóteses de atraso na execução, por culpa da Contratada, na proporção de 1% (um por cento) por dia útil sobre o valor da prestação em atraso, limitada a 10 (dez) dias úteis, constituindo-se a mora independentemente de notificação ou interpelação;

b1.1) Ultrapassado o 10º (décimo) dia útil, estará configurada a inexecução total do contrato ficando a contratada sujeita à multa estabelecida no item 8 do quadro “Das Condutas Gerais”, bem como ao impedimento de licitar e contratar conforme previsto na alínea “d” deste subitem;



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
DIRETORIA-GERAL DE LOGÍSTICA

TERMO DE REFERÊNCIA PARA SERVIÇOS
Processo nº 2019.633.985

b2) administrativa, que não excederá, em seu total, 20% (vinte por cento) do valor do contrato, nas hipóteses de inexecução total ou parcial, com ou sem prejuízo para o serviço (Lei estadual nº 287/79, art. 226 e Decreto estadual nº 3149/80, art. 87) ficando, desde já, previstos os percentuais abaixo para as seguintes situações:

ITEM	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
	CONDUTAS ESPECÍFICAS		
1	Deixar de efetuar o pagamento de indenização dentro do prazo máximo de 15 (quinze) dias, conforme subitem 5.2.6 do Documento de Referência.	5	Por dia de atraso, limitado a 20% do valor da indenização.
2	Dificultar a comunicação com a empresa para solicitação de assistência por indisponibilidade do canal de comunicação fornecido, conforme subitem 5.2.4.3 do Documento de Referência.	2	A cada dia que houve dificuldade de comunicação.
3	Atrasar o atendimento referente à assistência, conforme subitens 5.3.1, 5.3.2, 5.3.4 e 5.4.1 (após 1h da solicitação do serviço) do Documento de Referência.	4	Por hora, limitado a 20%.
4	Atrasar o fornecimento do orçamento do valor do prêmio para o caso de exclusão, inclusão e/ou substituição de veículo, conforme 11.18 do Documento de Referência.	1	A cada 24 horas de atraso, limitado a 20%.
5	Não emitir a apólice de seguro ou não entregar os cartões de seguro no prazo de 30 dias úteis, contados da homologação da licitação, conforme subitem 11.19 do Documento de Referência.	2	Por dia útil de atraso, limitado a 4%.
6	Não apresentação do preposto no prazo assinalado no subitem 11.2 do Documento de Referência.	2	0,4% por dia de atraso, limitado a 4%.
7	Não agendar a vistoria no veículo sinistrado no prazo previsto no subitem 5.2.8 do Documento de Referência.	1	Por ocorrência.

ITEM	CONDUTAS GERAIS	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Dificultar a comunicação com o preposto da empresa por falta de contato com o número de telefone/e-mail fornecido.	1	Por ocorrência.
2	Recusar-se, injustificadamente, a cumprir qualquer obrigação referente ao objeto do contrato.	3	Por ocorrência.
3	Deixar de cumprir, injustificadamente, determinação formal ou instrução complementar do gestor ou fiscal do contrato.	1	Por ocorrência.
4	Deixar de comunicar ao gestor/fiscal do contrato qualquer anormalidade referente à execução das obrigações contratadas.	1	Por fato não comunicado.
5	Deixar de manter as condições de habilitação para a contratação.	3	Por ocorrência.
6	Descumprir quaisquer outras obrigações previstas no Documento de Referência, que não	2	Por ocorrência.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
DIRETORIA-GERAL DE LOGÍSTICA

TERMO DE REFERÊNCIA PARA SERVIÇOS
Processo nº 2019.633.985

	tenham sido objeto de previsão específica. A penalidade será aplicada a partir do segundo registro do acontecimento de mesma natureza.		
7	Dar em garantia, sem prévia autorização do contratante, o contrato, conforme vedação constante do subitem 11.13.	6	Por ocorrência.
8	Inexecução total da obrigação assumida por parte da contratada.	7	20% sobre o valor do contrato

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	Até 0,2% sobre o valor do contrato
2	Até 0,4% sobre o valor do contrato
3	Até 0,8% sobre o valor do contrato
4	Até 1% sobre o valor do contrato
5	Até 1% sobre o valor da indenização correspondente
6	Até 2% sobre o valor do contrato
7	Até 20% sobre o valor do contrato

b2.1) A critério da autoridade competente, considerando a falta de gravidade da conduta e ausência de prejuízos, poderá ser aplicada a penalidade de advertência na primeira ocorrência das condutas descritas na tabela acima. Limita-se a 20% sobre o valor do prêmio a totalidade das multas a serem aplicadas, considerando a vigência total do seguro.

b2.2) A penalidade prevista no item 8 do quadro “Das Condutas Gerais” da tabela acima, será aplicada cumulativamente com a penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração do Estado do Rio de Janeiro, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

b2.3) na hipótese de descumprimento de quaisquer outras obrigações previstas neste Termo de Referência, que não tenham sido objeto de previsão específica, será definida a multa administrativa a ser aplicada de acordo com a análise do caso concreto;

c) suspensão de participação em licitação e impedimento para contratar com a Administração do Estado do Rio de Janeiro, por prazo não superior a 2 (dois) anos, nos casos de execução irregular, atrasos ou inexecução de resulte prejuízo para o PJERJ;

d) impedimento de licitar e contratar com a Administração do Estado do Rio de Janeiro, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Termo de Referência e das demais penalidades legais ficando, desde já, definidos os prazos de impedimento para as seguintes situações:



d1) 6 (seis) meses se houver quebra de sigilo quanto às informações a que tiver conhecimento em função da execução do objeto, segundo os subitens 11.15 do Documento de Referência;

e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública;

11a.1.1. A penalidade de multa poderá ser cumulada com qualquer das demais;

11a.1.2. O valor da multa, aplicada após o regular processo administrativo, será descontado de pagamentos eventualmente devidos pelo Contratante à Contratada, cobrado administrativamente mediante pagamento por GRERJ eletrônica ou protesto extrajudicial e, por fim, não satisfeito o crédito, será este inscrito em Dívida Ativa, sem prejuízo da execução e/ou cobrança judicial;

11a.1.3. Os instrumentos de defesa prévia e de recursos eventualmente interpostos pela Contratada deverão ser instruídos com os documentos hábeis à prova das alegações neles contidas.

12. COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS

12.1. Incluem-se na estimativa de preços dos serviços (**Anexo H**), tributos, tarifas e emolumentos; encargos sociais, trabalhistas, insumos, contribuições ou obrigações decorrentes da legislação trabalhista, fiscal, previdenciária e demais custos que envolvem a prestação dos serviços;

12.2. Como critério de aceitabilidade da proposta adotar-se-á o do preço máximo global estimado para o certame, devendo a licitante observar os valores unitários máximos do prêmio de seguro para cada item, conforme **ANEXO H**.

12.2.1. Na hipótese de algum item encontrar-se acima dos valores unitários estimados, deverá a proponente readequá-lo, mantido o valor global de sua proposta, sob pena de desclassificação.

12.2.2. A proposta será avaliada exclusivamente em função do valor global proposto para o prêmio anual de seguro, portanto, os valores das franquias para, vidros, faróis e lanternas (**ANEXO F**) e casco (**ANEXO G**) não serão objeto de disputa e, consequentemente, classificação das propostas.

12.3. A empresa habilitada deverá apresentar a composição analítica para execução dos serviços, conforme planilha (s) que compõe (m) o **Anexo H** (Da Composição de Custos), apresentando a(s) planilha(s) readequada(s) com os valores ofertados no certame, demonstrando os valores unitários que representem os custos que influenciem de forma direta ou indireta na contratação, em conformidade com o que dispõe o artigo 7º, § 2º, inciso II, da Lei Federal n.º 8.666/93;



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
DIRETORIA-GERAL DE LOGÍSTICA

TERMO DE REFERÊNCIA PARA SERVIÇOS
Processo nº 2019.633.985

12.4. Caso a receita bruta anual da microempresa ou empresa de pequeno porte optante pelo Simples Nacional seja superior ao limite estabelecido na Lei Complementar nº 123/06, considerando o valor da soma do seu faturamento no ano calendário ao valor anual estimado para o contrato, objeto desta licitação, a licitante poderá participar do certame, neste caso sem os benefícios conferidos às sociedades empresárias optantes pelo Simples Nacional.

12.5. Não incide sobre o valor do prêmio o recolhimento do Imposto sobre Operações Financeiras (Decreto nº 6.306/07, art. 2º, §3º).

12a. DO REAJUSTAMENTO

12a.1. Os preços contratados serão fixos e irreajustáveis.

12a.1.1. No caso de prorrogação, a CONTRATADA deverá oferecer desconto e aplicar sobre o prêmio do seguro, líquido de emolumentos, um sistema de bônus, de acordo com as normas da SUSEP – Superintendência de Seguros Privados do Ministério da Fazenda.

13. ANEXOS

ANEXO A - SEGURO TOTAL

ANEXO B - SEGURO RCF

ANEXO C - TAXA DE SINISTRALIDADE (SEGURO TOTAL + RCF)

ANEXO D - VALOR ESTIMADO DA BLINDAGEM NIVEL IIIA

ANEXO E - VALORES ESTIMADOS DOS IMPLEMENTOS

ANEXO F - VALORES ESTIMADOS DE FRANQUIAS - VIDROS, LANTERNAS E FAROIS

ANEXO G - VALORES ESTIMADOS DE FRANQUIAS DOS VEÍCULOS

ANEXO H – COMPOSIÇÃO DE CUSTOS

14. ESTIMATIVA DE VALOR

O valor total estimado para a contratação é de **R\$ 921.604,91** (novecentos e vinte e um mil, seiscentos e quatro Reais e noventa e um centavos).

Gestor do Contrato

Diretor-Geral de Logística